

# Etnicidade em Portugal\*

## Contrastes e politização

Fernando Luís Machado\*\*

*Resumo:* Neste artigo é esboçada uma análise global da situação das comunidades imigrantes em Portugal e das tendências que poderão marcar o seu futuro. Partindo da problemática da etnicidade, sociologicamente mais fecunda que a das "minorias étnicas", chama-se a atenção para as múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas que constituem os trajectos dessas comunidades na sociedade portuguesa. Na primeira parte, procura-se localizar as diferentes comunidades imigrantes num espaço de contrastes sociais e culturais com a população portuguesa, visualizando-se, ao mesmo tempo, as linhas de diferenciação que entre essas várias comunidades se estabelecem. Na segunda parte, a análise focaliza-se na emergência de formas de acção colectiva entre os imigrantes, no que se considera ser o grau zero de politização da etnicidade.

### 1. Introdução

Falar de etnicidade é, genericamente, falar da relevância que a pertença a determinados grupos étnicos pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva.

Em muitas sociedades europeias ocidentais a pertença a minorias étnicas, nomeadamente as que se têm constituído a partir da imigração proveniente de países do "terceiro mundo", aparece associada, frequentemente, a uma condição social desprivilegiada, a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura envolvente e, também, em vários casos, à mobilização para formas de acção política socialmente disruptivas.

Embora sem a expressão quantitativa que tem nos principais destinos europeus de imigração recente, como a França, a Inglaterra, a Suíça e a Alemanha, a presença de minorias étnicas em Portugal - fundamentalmente oriundas das ex-colónias<sup>1</sup> - ganhou já alguma continuidade e o seu número ultrapassou um limiar que se pode considerar significativo<sup>2</sup>.

Depois de um primeiro fluxo imigratório de pequena dimensão ocorrido ainda nos anos 60, proveniente basicamente de Cabo-Verde, e da fixação de outras

---

\* Este artigo retoma, com ligeiras alterações, um capítulo do Relatório de Síntese intitulado "Etnicidade em Portugal - aproximação ao caso guineense", referente às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica defendidas em Janeiro de 1992, no ISCTE.

\*\* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador no CIES.

minorias africanas ocorrida entre 1974 e 1975<sup>3</sup>, em simultâneo com o regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias, tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a um reforço do movimento imigratório.

Mais do que em qualquer das anteriores fases, esse movimento aproxima-se agora da situação clássica de imigração de força de trabalho não-qualificada, sendo também de notar os primeiros casos de imigrantes oriundos de outros países africanos para além dos PALOP<sup>4</sup>.

No entanto, apesar do aumento e da diversificação das minorias étnicas, a relevância social do fenómeno da etnicidade na sociedade portuguesa é, até ao momento, pouco expressiva. Em termos um tanto esquemáticos, pode-se dizer que há minorias étnicas mas não tem havido um problema social e político de etnicidade.

De facto, acontecimentos como os motins urbanos ocorridos em 1985 em diferentes cidades inglesas<sup>5</sup> e, já em 1991, nas capitais francesa e belga, ou certas movimentações xenófobas associadas a partidos de extrema-direita em França, não têm paralelo em Portugal.

Interessa, porém, considerar o fenómeno da etnicidade de um ponto de vista dinâmico, equacionando não só os factores que estarão na base da sua fraca relevância até hoje, mas também os que lhe podem proporcionar maior visibilidade e impacte futuros.

Para isso procuro, neste texto, identificar e analisar o que julgo serem dois aspectos centrais da problemática da etnicidade em Portugal: uma é a que remete para a *amplitude dos contrastes das minorias étnicas com a população portuguesa*; outra é a que tem a ver com o processo *de politização da etnicidade*.

## 2. Contrastes sociais e contrastes culturais

De modo sucinto, pode-se dizer que a etnicidade ganha tanta mais relevância quanto mais acentuados forem os contrastes de uma minoria com a sociedade em que está fixada. As situações em que a etnicidade atinge um grau socialmente disruptivo são, geralmente, caracterizadas por fortes contrastes sociais e culturais, demarcando a minoria ou minorias em questão dos contextos em que se inserem.

Na representação gráfica apresentada adiante procuro esquematizar o panorama actual de inserção das minorias oriundas dos PALOP na sociedade portuguesa, bem como algumas tendências de evolução. Trata-se, sublinho, de uma formulação provisória que será necessariamente alterada, a benefício, nomeadamente, de evidências empíricas acrescidas que venham a ser produzidas sobre o tema.

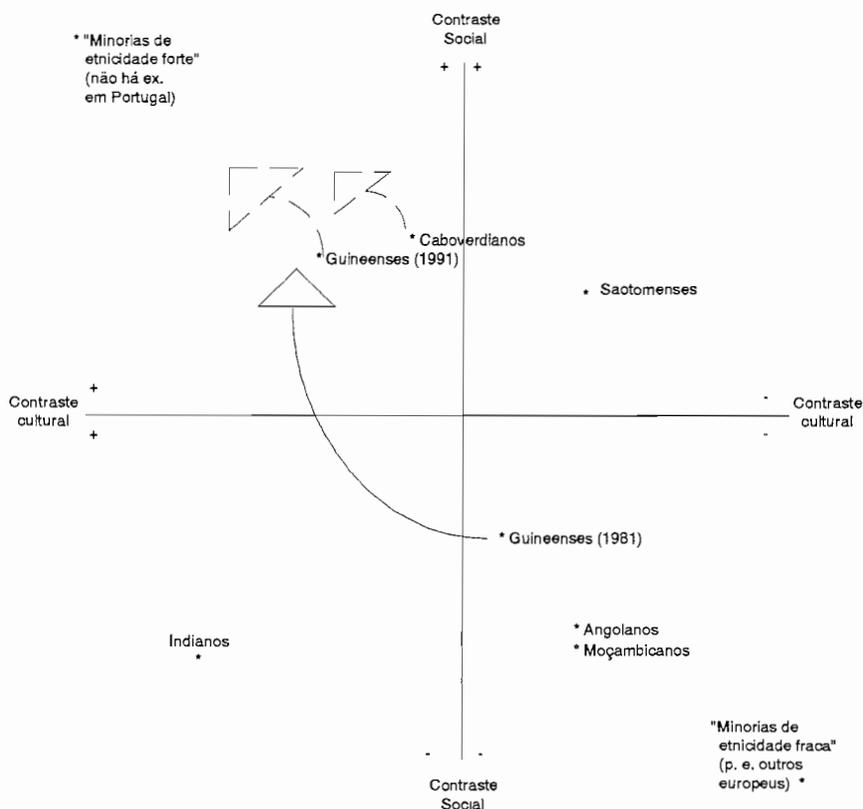
Para definir *contraste social*, representado pelo eixo vertical, considere as seguintes dimensões: localização residencial, estrutura etária e sexual, níveis de escolaridade, composição de classe; na definição de *contraste cultural*, representado pelo eixo horizontal, tomei como fundamentais as dimensões religiosa, linguística, racial, matrimonial e, genericamente, a dos modos de vida. Opto, aqui, por seleccionar os *traços modais de cada minoria*, abstraindo voluntariamente da heterogeneidade interna que todas elas apresentam.

Os dois eixos funcionam como um sistema de coordenadas, no qual se distribuem as várias minorias oriundas dos PALOP considerando as amplitudes dos seus contrastes com a população portuguesa, em cada uma e no conjunto das dimensões definidas. Ao mesmo tempo, essas coordenadas permitem, também, identificar os contrastes existentes entre as próprias minorias.

Para localizar cada uma delas foram considerados os resultados empíricos dos poucos estudos sociográficos e de caso até hoje realizados sobre minorias fixadas em Portugal, bem como elementos do Recenseamento Geral da População de 1981<sup>6</sup>.

Num primeiro olhar pode-se ver que as várias comunidades oriundas dos PALOP se encontram distribuídas por todos os quatro sectores do espaço repre-

### Minorias oriundas dos PALOP: contrastes com a população portuguesa



sentado. Isso significa, por um lado, que entre as minorias não há grande homogeneidade social e cultural, mas antes uma acentuada diversidade; por outro lado, mostra que os seus contrastes com a população portuguesa, tanto no plano social

como no cultural, têm amplitudes muito variáveis, que, contudo, em nenhum caso se aproximam das situações polares definidas como de "etnicidade forte" e "etnicidade fraca", esta última exemplificável por outros europeus fixados em Portugal.

No plano do contraste social, indianos, moçambicanos, angolanos e guineenses (estes em 1981, ano a que dizem respeito os elementos de caracterização aqui utilizados), aparecem na parte inferior do eixo horizontal, indicativa de menor contraste global.

Esta localização justifica-se, desde logo, por estas minorias apresentarem estruturas de classes não muito diferentes da estrutura de classes da população portuguesa. Com efeito, os dados sociográficos disponíveis<sup>7</sup> revelam que aquelas minorias são caracterizadas, tal como a população portuguesa<sup>8</sup>, por estruturas de classes tripartidas - burguesia, pequena burguesia e operariado -, em que o peso comparativo de cada uma das três classes não é muito diferente e em que a expressão estatística do conjunto das fracções da pequena burguesia é maior do que o do operariado. No caso da comunidade indiana, particularmente no que respeita aos sub-grupos ismaelita e muçulmano, a maior expressão estatística da pequena burguesia deve-se à predominância das actividades por conta própria no comércio<sup>9</sup>.

Além disso, no aspecto residencial, não há nestas minorias uma incidência comparativamente maior de condições de habitação degradadas do que na população portuguesa, nem se verifica a existência de zonas de residência predominantemente étnicas. É de notar, contudo, que as características demográficas, principalmente as estruturas etárias em geral muito jovens, afastam qualquer delas da situação de mínimo contraste social.

Já as comunidades caboverdiana e saotomense aparecem na zona superior do eixo vertical, indicativa de maior contraste global, uma vez que, sobretudo no que diz respeito à primeira, se pode falar não só de contraste demográfico, mas também de uma estrutura de classes mais proletarizada, de uma maior incidência de condições de habitação degradadas e de níveis mais elevados de concentração residencial.

No plano das características culturais, é a minoria indiana (tomada, para este efeito, como um todo) a que está mais perto do pólo do máximo contraste. De facto, ela demarca-se dos portugueses e das restantes minorias pela filiação religiosa, pela utilização, em parte, de línguas próprias, por uma endogamia mais acentuada, e também por outros aspectos dos seus modos de vida, entre os quais se pode destacar a intensidade da sociabilidade intra-étnica.

Na zona de menor contraste cultural, encontram-se angolanos, moçambicanos e saotomenses, os quais não se distinguem significativamente da população portuguesa nem pela língua que falam, nem pela filiação religiosa, mas revelam já algum contraste nas práticas matrimoniais e nos modos de vida. Caboverdianos e guineenses ocupam, pode dizer-se, uma localização intermédia, que se deve principalmente à utilização dos crioulos respectivos como veículos de comunicação corrente, e ainda, no caso guineense, pela diferença religiosa, uma vez que a minoria guineense

é, entre as de origem africana, aquela onde é menor o peso de católicos e maior o de muçulmanos e animistas.

É de assinalar, ainda, no gráfico anterior, a trajectória percorrida, nos últimos dez anos, pela minoria guineense no espaço dos contrastes com a população portuguesa. Esse percurso, que poderá eventualmente ter abrangido, pelo menos em parte, outras comunidades imigrantes, reflecte a recomposição social e cultural dessa minoria ocorrida, sobretudo depois de 1981, com a entrada dos novos imigrantes.

Com efeito, e como já disse, os imigrantes guineenses que entraram em Portugal após essa data, e que hoje constituem já a maior parte da comunidade, distinguem-se dos anteriores quer pela sua composição étnica e sexual quer por um perfil social desprivilegiado, marcado pelo trabalho instável e desqualificado, pela clandestinidade e por condições de vida globalmente precárias.

Também nas características culturais esses novos imigrantes guineenses parecem ser, pelo menos em parte, diferentes dos mais antigos. Essas diferenças têm a ver com a diversidade das suas pertenças étnico-culturais e dos seus trajectos sociais no quadro da própria sociedade de origem, que é caracterizada, importa não esquecer, por marcantes contrastes internos. Embora as evidências empíricas sistemáticas que a análise dessas diferenças exige não estejam ainda disponíveis, vale a pena referi-las aqui de forma impressionista, porque constituem uma pista a privilegiar na análise da etnicidade em Portugal. Num trabalho intitulado "A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)", o sociólogo guineense Rui Ribeiro destaca o peso e a influência na estruturação da formação social guineense dessa "sociedade crioula", a qual inclui todos os indivíduos que viveram de forma mais directa "a articulação histórica entre duas sociedades distintas: a sociedade europeia (especialmente a portuguesa - através dos seus agentes) e as sociedades africanas autóctones"<sup>10</sup>. A categoria social e cultural designada por "sociedade crioula" agrega, então, os que tinham, em algum grau, uma ascendência miscigenada, viviam e desempenhavam ocupações profissionais nos centros urbanos, dominavam com maior ou menor profundidade a língua portuguesa, estavam inseridos em estruturas familiares mais europeizadas, e que, do ponto de vista religioso, mais influenciados foram pela matriz católica do país colonizador<sup>11</sup>. Em suma, os crioulos correspondiam aos que na terminologia do regime colonial eram considerados "assimilados" ou "civilizados"<sup>12</sup>.

A comparação genérica deste perfil social com aquele que é revelado pelos dados censitários sobre a comunidade guineense, apresentados no ponto anterior, permite afirmar que, do ponto de vista cultural, os primeiros imigrantes da Guiné-Bissau fixados em Portugal são originários dessa sociedade crioula, e em particular, tendo em conta as *nuances* internas que o autor reconhece nessa categoria<sup>13</sup>, dos seus segmentos mais europeizados.

Ainda que não a possa desenvolver aqui, gostaria, no entanto, de deixar apontada a ideia de que este perfil cultural, que não é, aliás, difícil de reconhecer em muitos dos membros das outras minorias oriundas dos PALOP, justifica que,

no estudo da etnicidade em Portugal, se possa falar não só de contrastes mas também de *continuidades culturais*.

Mas se este perfil cultural parece totalmente dominante entre os mais antigos guineenses, há algumas indicações de que o mesmo já não acontece entre os recém-chegados. Assim, no estudo citado na secção anterior relativo às minorias étnicas em Lisboa, é detectada, entre os guineenses que chegaram há menos tempo a Portugal, a presença de elementos de diversas origens étnico-linguísticas, como sejam fulas, mandingas, balantas ou manjacos<sup>14</sup>. Esta alteração, que não deixará de introduzir na própria comunidade guineense e na sociedade receptora elementos de maior contraste a nível linguístico<sup>15</sup>, religioso e de modos de vida, entre outros, parece ser o sinal da diversificação, no contexto da sociedade de origem, das zonas de proveniência dos próprios imigrantes.

Retomando de forma mais global o problema dos contrastes sociais e culturais entre as minorias étnicas e a população portuguesa, pode afirmar-se que, apesar da diversidade de traços que caracterizam cada uma das comunidades e, em particular, da recomposição ocorrida no caso guineense, nenhuma delas se encontra, actualmente, numa situação de "eticidade forte", entendida como *convergência, numa ou mais minorias, de múltiplas dimensões de contraste cultural e social com a sociedade receptora*.

Dito de outra maneira, nenhuma das minorias oriundas dos PALOP se demarca do espaço envolvente simultaneamente pela condição social, características demográficas, concentração espacial, língua, religião, endogamia e modos de vida, e, globalmente, pelos efeitos combinados de todas essas dimensões de contraste, situação de que se aproximam algumas minorias étnicas fixadas noutros países europeus, como parece ser o caso, por exemplo, das minorias árabes em França ou na Itália.

A diferença que a este respeito a sociedade portuguesa apresenta face a outras sociedades europeias, e que, no meu entender, tem contribuído de forma decisiva para dar menor relevância à questão de etnicidade em Portugal, radica, principalmente, na amplitude de certas dimensões de contraste social entre as minorias e a população portuguesa, sobre as quais importa acrescentar alguns elementos: uma é a das desigualdades sociais, outra, decorrente directamente da anterior, é a da localização residencial.

Comparativamente com o que se passa em países como a França, a Inglaterra, a Alemanha ou a Itália, em Portugal os contrastes sociais entre as minorias imigrantes oriundas do "terceiro mundo" e a população nacional são menores, não tanto pela não homogeneidade da composição de classe das minorias, homogeneidade que nas minorias fixadas naqueles países também não existe, mas, sobretudo, por em Portugal *ser menor o peso das minorias étnicas no conjunto das categorias sociais que têm uma condição social desprivilegiada*.

As pesadas insuficiências do desenvolvimento da própria estrutura social portuguesa e as assimetrias sociais marcantes que elas têm gerado, remetem uma parte significativa da população portuguesa para uma condição social que pouco a distingue dos membros mais desfavorecidos das minorias étnicas, e que, pelo

contrário, até estabelece um contraste, mas agora para baixo, com o sub-conjunto dos membros dessa minorias que detêm uma posição privilegiada.

As implicações desta especificidade estrutural da sociedade portuguesa para a amplitude do contraste social das minorias ficam bem visíveis se considerarmos alguns elementos patentes nos estudos sobre a problemática da pobreza em Portugal. Embora a percentagem de pobres entre os membros de minorias étnicas seja elevada, e até mais elevada, em média, do que para o conjunto da população portuguesa, já a percentagem de elementos de minorias étnicas entre os pobres é muito pequena.

Assim, num desses estudos que procedeu à identificação de categorias sociais em situação de pobreza ou de vulnerabilidade à pobreza, as minorias étnicas não são senão uma das sete categorias identificadas. As outras seis são os "agricultores de baixos rendimentos", "os assalariados de baixos salários", os "reformados e pensionistas", "os desempregados", "os jovens de baixas qualificações à procura do 1<sup>o</sup> emprego" e "os trabalhadores precários e da economia informal", qualquer delas com uma dimensão numérica incomparavelmente maior e, em alguns casos, numa situação de maior e mais antigo desprivilégio do que os membros das minorias étnicas<sup>16</sup>.

Também na relação das minorias com o mercado de trabalho está patente a especificidade da situação portuguesa. Utilizando a formulação de Paci<sup>17</sup>, pode dizer-se que uma grande parte dos membros das minorias étnicas tem hoje uma posição semi-marginal face ao sistema de emprego, uma vez que está inserida nos seus segmentos mais precários e instabilizados, sendo diminuta a sua presença nos sectores industriais garantidos. No entanto este não se constitui, de facto, como elemento de contraste, já que as minorias étnicas são também uma minoria relativamente à parte da população portuguesa que têm idêntica posição na esfera produtiva.

A localização residencial das minorias, por seu lado, acaba por ser uma expressão directa da inexistência de significativos contrastes na sua condição social quando comparada com determinados sectores da população portuguesa. Mesmo na Área Metropolitana de Lisboa, região onde se concentra a grande maioria dos membros das diferentes minorias, não se pode falar de bairros ou vizinhanças maciçamente ocupadas por essa minorias, ou pelo menos com uma incidência tão forte como a que é observável noutras zonas urbanas da Europa.

Há, de facto, uma parte significativa dos membros das minorias que residem em zonas de habitação degradada situadas na área da capital, mas esse estatuto residencial é partilhado por contingentes, frequentemente mais numerosos, de população portuguesa composta sobretudo por migrantes rurais mal sucedidos na sua inserção no espaço urbano.

Num estudo realizado em duas dessas zonas, nas quais se regista forte presença de caboverdianos, Walter Rodrigues chama justamente a atenção para as "relações de coabitação da comunidade caboverdiana com os estratos dominados da população portuguesa"<sup>18</sup>, que impedem que se possa falar, mesmo nestes casos, de "espaços da minoria caboverdiana" e que inviabilizam "qualquer análise da

inserção da comunidade que não considere a interação que no quotidiano os imigrantes estabelecem com aqueles estratos sociais portugueses<sup>19</sup>.

A relação entre locais de habitação e vida comunitária é, com efeito, um dos focos de atenção quando se analisa o modo como as minorias se inserem no contexto da sociedade que as acolhe. Referindo-se à situação das minorias étnicas na Inglaterra, Rex defende que a vida de comunidade "sobrevive com muito mais força entre as minorias imigrantes do que em qualquer outro lado"<sup>20</sup>, adquirindo, aí, a função principal de socialização primária. Diferentemente, no caso da maioria, diz ainda Rex, a função socializadora é desempenhada pela família, a qual "existe num isolamento relativo face a uma comunidade mais larga"<sup>21</sup>. A força da comunidade local constituir-se-ia, portanto, como traço distintivo das minorias e factor de estruturação do seu contraste com a sociedade envolvente.

No que toca à situação portuguesa, e em particular à Área Metropolitana de Lisboa, a evidência empírica disponível não permite afirmar que a intensidade e densidade da vida comunitária, no espaço de habitação, seja uma faceta particularmente distintiva das minorias étnicas. Por um lado, os ainda escassos estudos sobre essas minorias, como o atrás citado, não o confirmam, chamando antes a atenção para a necessidade de analisar a coexistência pluriétnica; por outro lado, e principalmente, porque a intensidade e densidade da vida comunitária é um traço de cultura fortemente presente na própria maioria, como estudos locais feitos em diferentes áreas da capital o têm demonstrado<sup>22</sup>. Esse é, aliás, um traço de cultura que se prolonga dos espaços rurais aos espaços urbanos e que tem entre os migrantes do campo para a cidade alguns dos seus mais activos protagonistas. O fechamento das redes locais de sociabilidade e o isolamento relativo em determinados bairros, mesmo que existisse de forma generalizada entre as minorias, e tal não é o caso, não constituiria, de qualquer modo, um elemento de demarcação relativamente às formas de apropriação do espaço praticadas por vários sectores sociais da maioria.

Se até à fase actual os níveis de contraste da generalidade das minorias étnicas se mantêm, portanto, distantes de uma situação de "etnicidade forte", não é de excluir, entre os cenários futuros, aquele em que minorias como a caboverdiana e a guineense se aproximariam dessa situação. Tais cenários futuros parecem vir a depender de três factores principais.

Um tem a ver com a continuação, ou não, do ritmo de crescimento que o fluxo imigratório tem conhecido nos últimos anos e das características dos imigrantes que estão a chegar a Portugal. A manter-se a tendência actual, bem como as condições desfavoráveis de inserção desses imigrantes, assistiríamos a um aumento dos contrastes sociais e culturais com a população portuguesa, e a uma acentuada recomposição do perfil das minorias, como parece estar a acontecer principalmente com a comunidade guineense.

Um segundo factor diz respeito ao trajecto percorrido pelas minorias étnicas desde o momento em que se fixaram, e continuam a fixar, na sociedade portuguesa. Este aspecto está, evidentemente, relacionado com o anterior. Interessa, no entanto, distinguir analiticamente aquilo que é a inserção dos novos imigrantes e aquilo que

são as trajectórias percorridas na sociedade receptora pelos imigrantes fixados há mais tempo. Trata-se, afinal, de estudar as modalidades de reprodução das comunidades imigrantes mais antigas e, nomeadamente, analisar o perfil dos chamados "imigrantes de segunda geração" por comparação com o que tinham e têm os seus pais. Esta questão toma particular relevância no caso da minoria caboverdiana, entre cujos cenários futuros está a possibilidade de, por efeito da continuidade geracional do perfil social desfavorecido, se aproximar, juntamente com a minoria guineense, de uma posição mais polarizada. O trajecto dos descendentes dos imigrantes mais antigos deverá ser, aliás, na minha opinião, um dos primeiros pontos da agenda de investigação sobre etnicidade em Portugal.

Finalmente, o terceiro factor relaciona-se com as dinâmicas de recomposição global da própria sociedade portuguesa e com o lugar que aí irão ocupar as minorias étnicas. Uma tendência que contribuiria, sem dúvida, para uma maior saliência da problemática da etnicidade seria o progressivo afastamento dos sectores mais desfavorecidos da população portuguesa das situações de exclusão que partilham com muitos membros das minorias, conservando-se estes na situação de desprivilegio em que se encontram.

O modo como estes três processos se vão desenrolar não é, porém, independente das variáveis políticas que entrarem em jogo nas questões da etnicidade ou, dito de outra maneira, das consequências da eventual entrada das questões da etnicidade na esfera política. E aí, como vamos ver, começam já a perfilar-se os dois protagonistas principais: o movimento associativo ligado às minorias e o Estado.

### 3. Politização da etnicidade: os primeiros passos

As formas organizadas de acção colectiva que emergem no seio das comunidades imigrantes constituem, como já referi, uma das facetas mais salientes da etnicidade nas sociedades contemporâneas. Trata-se da entrada dos imigrantes e das questões étnicas na cena política, que se traduz em diversas formas de pressão sobre o Estado, visando a obtenção de direitos e recursos. Como nota Bjorklund, "alargando consideravelmente o campo de acção política, o Estado-Providência abriu novas perspectivas aos grupos de interesses organizados e forneceu aos grupos étnicos um interlocutor único a quem dirigir as suas reivindicações e com quem negociar"<sup>23</sup>.

Protagonizadas, geralmente, pelo movimento associativo, essas formas de pressão são, afinal, o resultado da percepção política, por parte dos imigrantes, da situação de maior ou menor contraste em que se encontram na sociedade de acolhimento, e contribuem, por si próprias, para uma maior demarcação dessas comunidades face aos contextos envolventes e para o aumento da sua visibilidade social.

A politização da etnicidade tende a acontecer, porém, apenas depois de alguns anos de presença das minorias imigrantes nos países de destino, ou seja, quando elas conhecem já algum grau de sedentarização. Com efeito, a formação de

disposições associativas e políticas por parte dos imigrantes depende do modo como as expectativas de integração, que é habitual terem à chegada, evoluem ao longo da sua estadia na sociedade de acolhimento, e à medida que eles se vão confrontando com um determinado quadro de oportunidades.

As expectativas iniciais de sucesso, bem como a convicção de um retorno a não muito longo prazo aos países de origem, tornam menos provável o surgimento de acções associativas e políticas logo nos primeiros anos de imigração. É, então, numa fase posterior, quando as comunidades imigrantes atingiram já um certo patamar de integração, e, simultaneamente, se tornam mais visíveis os contrastes que as demarcam da população autóctone, que vários estudos têm mostrado existirem mais organização e autonomia associativa e maior capacidade de movimento e de pressão dentro da esfera política<sup>24</sup>. Assim, diferentemente de outros países europeus onde a acção colectiva das comunidades imigrantes tem já uma história, história que inclui, designadamente, alguns episódios de disrupção social, em Portugal esse processo está a dar os primeiros passos, e só agora a questão dos imigrantes começa a ganhar visibilidade no campo político. Tanto na capacidade de pressão das associações, como na profundidade de implicação do Estado, a situação observável em países como a França ou a Inglaterra, por exemplo, não tem correspondência em Portugal, onde a etnicidade não ganhou, até ao momento, o estatuto de problema político de primeira importância. O peso comparativamente mais recente do fenómeno migratório e a menor amplitude de contrastes sociais e culturais das minorias imigrantes relativamente à população portuguesa ajudam, por si só, a explicar estas diferenças. Mas a menor relevância social e política da problemática das minorias resulta, também, de dificuldades de mobilização com que se tem deparado o movimento associativo imigrante, bem como da atitude de não-intervenção mantida pelo Estado.

Uma das dificuldades do movimento associativo passa pelas disposições e práticas políticas das élites africanas em Portugal. Como acontece frequentemente com o associativismo imigrante noutros países europeus, estudantes universitários, quadros, empresários são, entre outras, categorias sociais que, pela posição social e nível de recursos que detêm, desempenham um papel influente na afirmação dos direitos e reivindicações das comunidades imigrantes a que pertencem.

Em Portugal, embora sejam também indivíduos com esse perfil que estão na liderança das associações, pode-se dizer que os problemas dos imigrantes e da imigração não têm sido, até hoje, o principal foco de investimento e de iniciativa política das élites africanas. Uma parte significativa dessas élites está mais mobilizada pelos processos de mudança política em curso nos seus próprios países de origem, e faz deles o seu principal terreno de acção.

Embora os dois espaços de intervenção não se excluam, necessariamente, essa orientação preferencial de parte importante das élites africanas para o quadro político dos países de origem acaba por afectar, ainda que de forma indirecta, a própria capacidade de mobilização e de afirmação pública das associações, já que absorve muitos daqueles que, noutras circunstâncias, poderiam reforçar a sua liderança e influência.

Por outro lado, e aí de forma directa, essa mesma orientação preferencial parece ter estado na base das dificuldades de relacionamento de algumas associações com as autoridades diplomáticas dos respectivos países. Esse é caso, por exemplo, da Associação Guineense de Solidariedade Social, que não só não contou com apoios das autoridades diplomáticas do seu país na fase de arranque das actividades, como, na interpretação dos seus dirigentes, se viu no meio de um fogo cruzado de pressões entre os que a conotavam com o poder político guineense e os que viam nela, como era o caso da embaixada, um instrumento de oposição a esse poder. As dificuldades de mobilização das élites por parte do associativismo imigrante leva, aliás, a colocar a questão do próprio grau de fixação dessas élites na sociedade portuguesa.

Parece poder colocar-se a hipótese de que, enquanto para o amplo sector das comunidades africanas com uma condição social desprivilegiada o tempo de fixação está condicionado, sobretudo, por um projecto de acumulação económica, e terá, por isso mesmo, uma duração não exactamente determinável, no caso das élites haverá dois sectores distintos: um mais integrado na sociedade portuguesa, que por razões familiares e profissionais equacionará a sua presença como tendencialmente definitiva, e no qual se inserem aqueles que asseguram a liderança das associações imigrantes; outro menos fixado, que não se reconhece a si próprio como imigrante, e que poderá regressar brevemente, na sequência dos processos de transformação política em curso nos respectivos países de origem.

Uma segunda dificuldade com que se depara o movimento associativo é a de mobilização mais ampla das comunidades que representa. Para além da questão, já focada, do tempo próprio de formação de disposições políticas e associativas entre os imigrantes, o tipo de inserção objectiva da maioria desses imigrantes tende a inibir a participação associativa.

As precárias condições de vida e, sobretudo, a clandestinidade em que se encontram, colocam muitos imigrantes aquém da possibilidade de mobilização, convidando-os, pelo contrário, a uma atitude de retraimento público e político. Essa atitude não deixa, por sua vez, de ser reforçada pelo facto de a sua inserção nos sectores mais instáveis do mercado de trabalho, em particular no sector da construção civil, os manter relativamente afastados dos sectores mais dinâmicos do movimento laboral organizado<sup>25</sup>.

No que toca, agora, ao papel do Estado, são notórias as diferenças que separam a situação portuguesa da de outros países europeus receptores de imigrantes. De facto, da parte das instituições estatais tem predominado, até ao momento, uma atitude de omissão, consistindo no não reconhecimento formal da existência de uma problemática imigrante.

Parece assim confirmar-se, mas por contraste, a relação, já assinalada, entre o desenvolvimento da etnicidade e a existência de um Estado-Providência. Dito de outra maneira, as teses que sustentam nunca se ter chegado a desenvolver em Portugal um Estado-Providência comparável ao de muitos outros países da Europa Ocidental<sup>26</sup>, encontram na atitude do Estado português face à imigração e aos imigrantes mais um elemento de confirmação. Ignorando formalmente a existência

da imigração e não reconhecendo às associações de imigrantes o estatuto de interlocutor, o Estado tem conseguido manter a questão da etnicidade praticamente despolitizada.

Essa atitude de omissão do Estado traduz-se, por um lado, numa certa tolerância em relação à entrada e permanência de imigrantes clandestinos, apenas quebrada por casos pontuais de repatriamento. Por outro lado, significa que não existem medidas políticas especificamente destinadas à imigração e aos imigrantes, os quais são considerados simplesmente como fazendo parte da categoria mais ampla de estrangeiros residentes, o que não impede, porém, que muitos indivíduos provenientes das ex-colónias encontrem grandes dificuldades em obter autorizações de residência, por parte do Serviço de Estrangeiros.

Se até hoje a problemática das minorias étnicas não tem tido grande relevância na sociedade portuguesa, a situação poderá conhecer uma inversão num futuro próximo. Sensivelmente nos últimos dois anos, têm-se tornado nítidos alguns sinais de que a politização das questões da imigração e da etnicidade já se iniciou.

Do lado do movimento associativo, apesar de se manterem algumas das dificuldades mencionadas, é visível o crescimento de actividade e de influência, tanto ao nível da publicitação dos problemas das comunidades imigrantes como através da interpelação directa do Estado. Aí têm assumido particular protagonismo a já mencionada Associação Guineense de Solidariedade Social e a Associação Caboverdiana, justamente as que estão ligadas às minorias que se encontram hoje numa situação de maior contraste com a população portuguesa.

As associações parecem visar, nesta fase, dois objectivos principais: um, de natureza mais processual, é conseguir que o Estado se coloque na posição de seu interlocutor e reconheça às questões da imigração e dos imigrantes importância política; outro, mais substantivo, é obter a legalização da residência para os imigrantes clandestinos.

Da parte do Estado, são também de registar algumas mudanças recentes que indiciam receptividade às reivindicações associativas, e que contribuirão, certamente, para introduzir os temas da imigração e da etnicidade na esfera e no discurso políticos.

Uma delas, de repercussões mais imediatas, foi a criação, junto da Presidência da República, de uma assessoria orientada especificamente para as questões dos imigrantes africanos. Outra foi a integração, pela primeira vez, por iniciativa do Partido Socialista, de representantes das minorias étnicas nas listas para deputados à Assembleia da República, nas últimas legislativas (em lugares que, à partida, eram considerados elegíveis).

O tema da legalização dos imigrantes clandestinos parece constituir, no imediato, o grau zero da politização da etnicidade. A prazo mais longo, resta saber que efeitos terão as acções do Estado e do movimento associativo sobre os contornos mais globais das comunidades imigrantes em Portugal, nomeadamente no que toca à evolução dos seus contrastes sociais e culturais com a população portuguesa.

## Notas

- 1 Note-se que a existência de minorias étnicas em Portugal não é recente. Para além da presença secular de uma comunidade cigana, sabe-se que no século XVI residia em Lisboa uma numerosa comunidade africana cuja diluição se deveu, por um lado, à proibição da escravatura nos finais do século XVIII e, por outro lado, à sua gradual miscigenação com a população portuguesa ao longo das gerações. Sobre isto pode-se consultar José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal - uma presença silenciosa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
- 2 Relativamente à expressão numérica actual da presença imigrante africana não é possível fazer uma avaliação rigorosa. Enquanto os dados oficiais relativos a Dezembro de 1990 referiam pouco mais de 40.000 indivíduos, fontes do movimento associativo africano chegam a falar em 300.000 pessoas (ver p.e. o texto de Ana Fernandes "Africanos em Portugal - a indefinição dos números", *Público*, 8 de Março de 1991). Não sendo possível qualquer confirmação deste último valor, pode-se, porém, afirmar com segurança que o número oficial peca largamente por defeito, uma vez que só contabiliza os estrangeiros em situação de residência legalizada. Acrescente-se que, só no que diz respeito à população oriunda de Cabo-Verde, estudos efectuados já há alguns anos indicavam o número de 50.000 pessoas em situação irregular (ver Rogério Roque Amaro, "Caracterização dos caboverdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do Recenseamento de 1981", 1985, (dact.)).
- 3 Diferentemente da fase anterior, em que havia uma forte predominância de caboverdianos, a partir de 1975 passam a existir comunidades diversificadas, oriundas de todos os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa.
- 4 A partir dos anos 80, para além de uma intensificação do fluxo imigratório proveniente da Guiné-Bissau, e do crescimento da comunidade brasileira, há notícia de imigrantes vindos de outros países africanos, como o Zaire, o Malawi, a Líbia ou o Senegal. A diversificação de pontos de partida dos fluxos de imigração parece confirmar a ideia de que Portugal começa a ser visto de forma mais generalizada como novo destino europeu de imigração. Como referem Rui Pena Pires e Ana Saint-Maurice, em "Descolonização e migrações - os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10/11, 1989, p.211, verifica-se a retracção do tradicional ciclo de emigração ao qual sucede o desenvolvimento original de um ciclo de imigração").
- 5 Ver, por exemplo, John Solomos, "Racism, black youth and the state: official ideologies and forms of state intervention", in *Vers des Sociétés Pluriculturelles: études comparatives et situation em France*, Actes du Colloque de l'Association Française des Anthropologues, Paris, Éditions de l'O.R.S.T.O.M., 1987, pp.543-553.
- 6 Para uma caracterização geral das minorias provenientes dos PALOP ver Ana Saint-Maurice e Rui Pena Pires, "Descolonização e migrações - os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10/11, 1989; para a caracterização da comunidade guineense em particular ver Fernando Luís Machado, *Etnicidade em Portugal - aproximação ao caso guineense*, Relatório de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, I.S.C.T.E., 1992; para o caso da comunidade caboverdiana ver Rogério Roque Amaro, "Caracterização dos cabo-verdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do Recenseamento de 1981", Lisboa, 1985 (dact); para uma análise exploratória das comunidades indianas ver João Martinho, Mariana Alves, Patrícia Ávila e Rosário Mauritti, *Indianos em Portugal - que inserção?*, I.S.C.T.E., 1990.
- 7 Ver Ana Saint-Maurice e Rui Pena Pires, *op. cit.*, Fernando Luís Machado, *op.cit.* e Rogério Roque Amaro, *op.cit.*.
- 8 Ver João Ferrão, "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)". *Análise Social*, nº87-88-89, 1985.
- 9 Ver João Martinho et al., *op.cit.*
- 10 Cf. Carlos Rui Ribeiro, *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, I.S.C.T.E., (dact.), p.4.
- 11 *Idem*, pp.77-117.
- 12 *Idem*, p.85.
- 13 *Idem*, pp.77-86.
- 14 Cf. A. Bruto da Costa, Manuel Pimenta et al. *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa* (versão abreviada), Lisboa, Centro de Reflexão Cristã, 1991, p.4.

- 15 Essa possibilidade decorre da própria heterogeneidade linguística da sociedade guineense, onde, para além do português e do crioulo, há outras línguas faladas por diversas etnias.
- 16 Cf. João Ferreira de Almeida et al., *Exclusão Social - factores e tipos de pobreza em Portugal*, Lisboa, Celta Editora, 1992.
- 17 Ver Massimo Paci, *La Struttura Sociale Italiana - costanti storiche e trasformazioni recenti*, Bologna, Il Mulino, 1982, pp.235-252.
- 18 Cf. Walter Rodrigues, "Comunidade cabo-verdiana: marginalização e identidade", *Sociedade e Território*, nº8, 1989, p.97.
- 19 *Idem*, p.97.
- 20 Cf. John Rex, *Race and Ethnicity*, England, Open University Press, 1986.
- 21 *Idem*, p.131.
- 22 Ver, por exemplo, António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste - o Fado no bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- 23 Cf. Ulf Bjorklund, "Ethnicité et État-providence", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº11, 1987, p.131.
- 24 Ver, por exemplo, Didier Lapeyronnie, "Assimilation, mobilisation et action collective chez les jeunes de la seconde génération de l'immigration maghrébine", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVIII, 1987, pp.291-298.
- 25 Sobre a relação dos operários pertencentes a minorias étnicas com os sindicatos e o movimento laboral ver John Rex, *op.cit.*, pp.69 e seg..
- 26 Ver, por exemplo, Boaventura de Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, nº 87-88-89, 1985, pp.869-924.